



UNESPAR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Agente de Execução
– Técnico Administrativo

EDITAL 041/2024 – CPPS/UNESPAR

CÓD: SL-167DZ-24
7908433268321

Língua Portuguesa

1. Interpretação de textos escritos; Interpretação de textos verbais e não verbais.....	7
2. Uso de conjunção e preposição	10
3. Uso de pronomes.....	12
4. Variedade linguística (uso da linguagem em situações diversas).....	15
5. Instrumentos gramaticais de organização de textos escritos	15
6. Concordância Verbal e Nominal.....	16
7. Coesão e Coerência Textuais.....	17
8. Orações Coordenadas e Orações Subordinadas	20
9. Redação Oficial	24

Matemática

1. Porcentagem.....	37
2. Regra de três simples e composta	39
3. Equações de primeiro e segundo graus	40
4. Trigonometria no triângulo retângulo	42
5. Geometria plana	43
6. Geometria espacial	50
7. Funções: afim, quadrática e exponencial.....	56
8. Sistema lineares.....	64

Conhecimentos Relativos ao Ensino Superior

1. Regimento Interno da UNESPAR	71
2. Concepções, finalidades e normas da Educação Superior nos termos da LDB n. 9394/1996	94
3. Universidade e desenvolvimento social.....	98
4. Ensino, pesquisa, extensão e cultura na universidade brasileira	99
5. A curricularização da extensão na LEI N° 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação – PNE	100
6. Ética e formação no ensino superior	101
7. As ações afirmativas no ensino superior.....	102

Informática

1. Editor de Texto Microsoft Word: - Visão geral da interface e recursos básicos; - Criação e formatação de documentos; - Estilos e modelos de documentos; - Criação e manipulação de tabelas.....	107
2. Planilha de Cálculo Microsoft Excel: - Visão geral da interface e recursos básicos- Navegação e manipulação de planilhas; - Formatação de células e dados; - Operações matemáticas e lógicas; - Referências de células e intervalos	120
3. Apresentação de Slides Microsoft PowerPoint: - Visão geral da interface e recursos básicos; - Criação e configuração do Layout da apresentação; - Transições e animações	134

Conhecimentos Gerais/Atualidades e ECA

1. Elementos da política brasileira	145
2. Cultura e sociedade brasileiras: literatura, artes, arquitetura, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão	146
3. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea	148
4. Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas, aspectos locais, aspectos globais	149
5. Panorama internacional contemporâneo	155
6. Panorama de economia nacional.....	156
7. O cotidiano brasileiro.....	157
8. Estatuto da criança e do adolescente	158

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS ESCRITOS; INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

— **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

— **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de

conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

— **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

— **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

— **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

— **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

— **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

— **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

— **Objetivos da leitura**: O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

— Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

— Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma experiência comunicativa rica e diversificada.

— Importância da Decodificação dos Dois Tipos de Texto

Para que a comunicação seja bem-sucedida, é essencial que o leitor ou observador saiba decodificar tanto os textos verbais quanto os não-verbais. Nos textos verbais, a habilidade de compreender palavras, estruturas e contextos é crucial. Já nos textos não-verbais, é fundamental interpretar corretamente os símbolos, gestos e elementos visuais, compreendendo suas nuances culturais e suas intenções comunicativas.

Dominar a interpretação de ambos os tipos de texto permite ao leitor um olhar mais completo sobre o conteúdo, ampliando suas capacidades de análise crítica e facilitando a compreensão em diversas situações, como na leitura de livros, no consumo de mídias digitais ou mesmo na interpretação de artes visuais e sinalizações.

— Dicas Práticas para Compreensão e Interpretação

Compreender e interpretar textos com precisão requer uma série de habilidades e estratégias que facilitam a decodificação e a análise crítica das informações. A seguir, apresentamos algumas dicas práticas que podem auxiliar no aprimoramento dessas competências, especialmente para estudantes que enfrentam provas e concursos.

Resuma o Texto

Uma das formas mais eficazes de garantir que você compreendeu o texto é fazer um resumo. Ao final de cada parágrafo ou seção, tente sintetizar a ideia principal em poucas palavras ou frases. Esse exercício ajuda a identificar o tema central e os argumentos chave do autor, além de facilitar a organização das ideias.

Exemplo: Ao ler um artigo sobre meio ambiente, anote os pontos principais, como causas do desmatamento, consequências para a biodiversidade e possíveis soluções.

Utilize Dicionários e Ferramentas de Busca

Durante a leitura, é comum se deparar com palavras desconhecidas ou expressões que dificultam o entendimento. Mantenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto para consultar o significado de termos difíceis. Esse hábito melhora o vocabulário e contribui para uma leitura mais fluida.

Dica: Hoje, diversas ferramentas digitais, como aplicativos de dicionário e tradutores online, permitem uma consulta rápida e eficiente.

Atente-se aos Detalhes

Informações como datas, nomes, locais e fontes citadas no texto são elementos importantes que ajudam a ancorar a argumentação do autor. Ficar atento a esses detalhes é crucial para a compreensão exata do texto e para responder corretamente a perguntas objetivas ou de múltipla escolha em provas.

- Exemplo: Em um texto sobre história, anotar as datas de eventos e os personagens envolvidos facilita a memorização e o entendimento cronológico.

Sublinhe Informações Importantes

Uma técnica prática para melhorar a compreensão é sublinhar ou destacar partes mais relevantes do texto. Isso permite que você se concentre nos pontos principais e nas ideias centrais, separando fatos de opiniões. A sublinhar frases que contêm dados concretos, você facilita a visualização e revisão posterior.

Dica: Se estiver estudando em materiais digitais, use ferramentas de marcação de texto para destacar trechos importantes e criar notas.

Perceba o Enunciado das Questões

Em provas de leitura, é comum encontrar questões que pedem compreensão ou interpretação do texto. Identificar a diferença entre esses dois tipos de pergunta é essencial:

Questões que esperam compreensão costumam vir com enunciados como “O autor afirma que...” ou “De acordo com o texto...”. Essas perguntas exigem que o leitor se atenha ao que está claramente exposto no texto.

Questões que esperam interpretação vêm com expressões como “Conclui-se que...” ou “O texto permite deduzir que...”. Essas perguntas exigem que o leitor vá além do que está escrito, inferindo significados com base no conteúdo e em seu próprio repertório.

Relacione o Texto com Seus Conhecimentos Prévios

A interpretação de um texto é profundamente influenciada pelo conhecimento prévio do leitor sobre o tema abordado. Portanto, ao ler, tente sempre relacionar as informações do texto com o que você já sabe. Isso ajuda a criar conexões mentais, tornando a interpretação mais rica e contextualizada.

Exemplo: Ao ler um texto sobre mudanças climáticas, considere suas próprias experiências e leituras anteriores sobre o tema para formular uma análise mais completa.

Identifique o Propósito do Autor

Outro aspecto importante na interpretação de textos é compreender a intenção do autor. Tente identificar o objetivo por trás do texto: o autor deseja informar, persuadir, argumentar, entreter? Essa identificação é essencial para interpretar corretamente o tom, a escolha das palavras e os argumentos apresentados.

Exemplo: Em uma crônica humorística, o autor pode utilizar ironia para criticar um comportamento social. Identificar esse tom permite uma interpretação mais precisa.

Releia o Texto Quando Necessário

A leitura atenta e pausada é fundamental, mas muitas vezes é necessário fazer uma segunda leitura para captar detalhes que passaram despercebidos na primeira. Ao reler, o leitor pode verificar a coesão e a coerência do texto, além de confirmar sua compreensão sobre os fatos e as ideias centrais.

Dica: Durante a releitura, tente focar em partes que parecem confusas inicialmente ou nas quais surgiram dúvidas.

Contextualize Figuras de Linguagem e Elementos Subjetivos

Muitos textos, especialmente os literários, utilizam figuras de linguagem (como metáforas, ironias e hipérboles) para enriquecer o conteúdo. Para interpretar esses recursos, é necessário compreender o contexto em que foram usados e o efeito que o autor deseja provocar no leitor.

Exemplo: Em uma poesia, uma metáfora pode estar presente para criar uma comparação implícita entre dois elementos, e a correta interpretação desse recurso enriquece a leitura.

Pratique Regularmente

Compreensão e interpretação são habilidades que se desenvolvem com a prática. Quanto mais textos você ler e analisar, maior será sua capacidade de decodificar informações e realizar inferências. Diversifique suas leituras, incluindo textos literários, científicos, jornalísticos e multimodais para ampliar sua gama de interpretação.

Essas dicas, quando aplicadas regularmente, ajudam a aprimorar tanto a compreensão quanto a interpretação de textos, desenvolvendo uma leitura crítica e atenta. Ao dominar essas técnicas, o leitor se torna mais apto a enfrentar desafios em provas e situações do cotidiano que exigem análise textual.

Dominar as habilidades de compreensão e interpretação de textos, tanto verbais quanto não-verbais, é essencial para uma comunicação eficaz e para o sucesso em avaliações acadêmicas e profissionais. A compreensão serve como a base para identificar e decodificar o conteúdo explícito de um texto, enquanto a interpretação exige uma análise mais profunda, onde o leitor emprega seus conhecimentos prévios e faz inferências subjetivas.

Com a aplicação de estratégias práticas, como o resumo de ideias, a consulta a dicionários, a atenção aos detalhes e a diferenciação entre fatos e opiniões, o leitor pode desenvolver uma leitura mais crítica e eficiente. Além disso, é importante reconhecer a intenção do autor e o tipo de questão que cada texto ou prova apresenta, a fim de adaptar sua abordagem à demanda específica, seja ela de compreensão ou interpretação.

Em última análise, compreender e interpretar textos é um processo contínuo que requer prática constante e atenção aos detalhes, permitindo ao leitor não apenas absorver informações, mas também refletir sobre elas e construir seu próprio entendimento do mundo ao seu redor. Essas competências, bem desenvolvidas, oferecem um diferencial em diversas áreas da vida pessoal e profissional.

USO DE CONJUNÇÃO E PREPOSIÇÃO

— Conjunção

As conjunções integram a classe de palavras que tem a função de conectar os elementos de um enunciado ou oração e, com isso, estabelecer uma relação de dependência ou de independência entre os termos ligados.

Em função dessa relação entre os termos conectados, as conjunções podem ser classificadas, respectivamente e de modo geral, como coordenativas ou subordinativas. Em outras palavras, as conjunções são um vínculo entre os elementos de uma sentença, atribuindo ao enunciado uma maior clareza e precisão ao enunciado.

Conjunções coordenativas: observe o exemplo:

“Eles ouviram os pedidos de ajuda. Eles chamaram o socorro.” – “Eles ouviram os pedidos de ajuda **e** chamaram o socorro.”

No exemplo, a conjunção “e” estabelece uma relação de adição ao enunciado, ao conectar duas orações em um mesmo período: além de terem ouvido os pedidos de ajuda, chamaram o socorro. Perceba que não há relação de dependência entre ambas as sentenças, e que, para fazerem sentido, elas não têm necessidade uma da outra. Assim, classificam-se como orações coordenadas, e a conjunção que as relaciona, como coordenativa.

Conjunções subordinativas: analise este segundo caso:

Não passei na prova, **apesar de** ter estudado muito.”

Neste caso, temos uma locução conjuntiva (duas palavras desempenham a função de conjunção). Além disso, notamos que o sentido da segunda sentença é totalmente dependente da informação que é dada na primeira. Assim, a primeira oração recebe o nome de oração principal, enquanto a segunda, de oração subordinada. Logo, a conjunção que as relaciona é subordinativa.

Classificação das conjunções

Além da classificação que se baseia no grau de dependência entre os termos conectados (coordenação e subordinação), as conjunções possuem subdivisões.

– **Conjunções coordenativas:** essas conjunções se reclassificam em razão do sentido que possuem cinco subclassificações, em função do sentido que estabelecem entre os elementos que ligam. São cinco:

CLASSIFICAÇÃO	FUNÇÃO	EXEMPLOS
Conjunções coordenativas aditivas	Estabelecer relação de adição (positiva ou negativa). As principais conjunções coordenativas aditivas são “e”, “nem” e “também”.	“No safári, vimos girafas, leões e zebras” “Ela ainda chegou, nem sabemos quando vai chegar.”
Conjunções coordenativas adversativas	Estabelecer relação de oposição. As principais conjunções coordenativas adversativas são “mas”, “porém”, “contudo”, “todavia”, “entretanto”.	“Havia flores no jardim, mas estavam murchando.” “Era inteligente e bom com palavras, entretanto , estava nervoso na prova.”

MATEMÁTICA

PORCENTAGEM

O termo porcentagem se refere a uma fração cujo denominador é 100, representada pelo símbolo (%). Seu uso é tão comum que a encontramos em praticamente todos os aspectos do dia a dia: nos meios de comunicação, em estatísticas, nas etiquetas de preços, nas máquinas de calcular, e muito mais.

A porcentagem facilita a compreensão de aumentos, reduções e taxas, o que auxilia na resolução de exercícios e situações financeiras cotidianas.

Acréscimo

Se, por exemplo, há um acréscimo de 10% a um determinado valor, podemos calcular o novo valor multiplicando esse valor por 1,10, que é o fator de multiplicação. Se o acréscimo for de 20%, multiplicamos por 1,20, e assim por diante. Veja a tabela abaixo:

ACRÉSCIMO OU LUCRO	FATOR DE MULTIPLICAÇÃO
10%	1,10
15%	1,15
20%	1,20
47%	1,47
67%	1,67

Exemplo: Aumentando 10% no valor de R\$10,00 temos:

$$10 \times 1,10 = \text{R\$ } 11,00$$

Desconto

No caso de haver um decréscimo, o fator de multiplicação será:

Fator de Multiplicação = 1 - taxa de desconto (na forma decimal)

Veja a tabela abaixo:

DESCONTO	FATOR DE MULTIPLICAÇÃO
10%	0,90
25%	0,75
34%	0,66
60%	0,40
90%	0,10

Exemplo: Descontando 10% no valor de R\$10,00 temos:

$$10 \times 0,90 = \text{R\$ } 9,00$$

Desconto Composto

O desconto composto é aplicado de forma que a taxa de desconto incide sobre o valor já descontado no período anterior. Para calcular o novo valor após vários períodos de desconto, utilizamos a fórmula:

$$V_n = V_0 \times (1 - \text{taxa})^n$$

Onde:

- V_n é o valor após n períodos de desconto.
- V_0 é o valor original.
- Taxa é a taxa de desconto por período em forma decimal.
- n é o número de períodos.

DESCONTO	FATOR DO 1º PERÍODO	FATOR DO 2º PERÍODO	FATOR DO 3º PERÍODO
10%	0,90	0,81	0,729
25%	0,75	0,5625	0,4218
34%	0,66	0,4356	0,2872
60%	0,40	0,16	0,064
90%	0,10	0,01	0,001

Exemplo: Se aplicarmos um desconto composto de 10% ao valor de R\$100,00 por dois períodos, teremos:

$$100 \times 0,90 \times 0,90 = R\$ 81,00$$

Lucro

Chamamos de lucro em uma transação comercial de compra e venda a diferença entre o preço de venda e o preço de custo.

Lucro = preço de venda - preço de custo

Podemos expressar o lucro na forma de porcentagem de duas formas:

$$\text{lucro sobre custo} = \frac{\text{lucro}}{\text{preço do custo}} \cdot 100\%$$

$$\text{lucro sobre a venda} = \frac{\text{lucro}}{\text{preço de venda}} \cdot 100\%$$

Exemplo

(DPE/RR – Analista de Sistemas – FCC/2015) Em sala de aula com 25 alunos e 20 alunas, 60% desse total está com gripe. Se x% das meninas dessa sala estão com gripe, o menor valor possível para x é igual a

- (A) 8.
- (B) 15.
- (C) 10.
- (D) 6.
- (E) 12.

Resolução

$$45 \text{-----} 100\%$$

$$X \text{-----} 60\%$$

$$X=27$$

O menor número de meninas possíveis para ter gripe é se todos os meninos estiverem gripados, assim apenas 2 meninas estão.

$$P = \frac{2}{20} = 0,1 = 10\%$$

Resposta: C.

REGRA DE TRÊS SIMPLES E COMPOSTA

A regra de três é uma ferramenta matemática essencial que permite resolver problemas que envolvem a proporcionalidade direta ou inversa entre grandezas. Seja no planejamento de uma receita de cozinha, no cálculo de distâncias em um mapa ou na gestão financeira, a regra de três surge como um método prático para encontrar valores desconhecidos a partir de relações conhecidas.

REGRA DE TRÊS SIMPLES

A regra de três simples é utilizada quando temos duas grandezas diretamente proporcionais ou inversamente proporcionais entre si.

Passos utilizados numa regra de três simples:

1º) Construir uma tabela, agrupando as grandezas da mesma espécie em colunas e mantendo na mesma linha as grandezas de espécies diferentes em correspondência.

2º) Identificar se as grandezas são diretamente ou inversamente proporcionais.

3º) Montar a proporção e resolver a equação.

Um trem, deslocando-se a uma velocidade média de 400km/h, faz um determinado percurso em 3 horas. Em quanto tempo faria esse mesmo percurso, se a velocidade utilizada fosse de 480km/h?

Solução: montando a tabela:

1) Velocidade (Km/h) Tempo (h)

400	----	3
480	----	X

2) Identificação do tipo de relação:

VELOCIDADE		Tempo
400 ↓	----	3 ↑
480 ↓	----	X ↑

Obs.: como as setas estão invertidas temos que inverter os números mantendo a primeira coluna e invertendo a segunda coluna ou seja o que está em cima vai para baixo e o que está em baixo na segunda coluna vai para cima

VELOCIDADE		Tempo
400 ↓	----	3 ↓
480 ↓	----	X ↓

480x=1200
X=25

REGRA DE TRÊS COMPOSTA

Regra de três composta é utilizada em problemas com mais de duas grandezas, direta ou inversamente proporcionais.

Exemplos:

1) Em 8 horas, 20 caminhões descarregam 160m³ de areia. Em 5 horas, quantos caminhões serão necessários para descarregar 125m³?

Solução: montando a tabela, colocando em cada coluna as grandezas de mesma espécie e, em cada linha, as grandezas de espécies diferentes que se correspondem:

HORAS		CAMINHÕES		VOLUME
8 ↑	----	20 ↓	----	160 ↑
5 ↑	----	X ↓	----	125 ↑

A seguir, devemos comparar cada grandeza com aquela onde está o x.

Observe que:

Aumentando o número de horas de trabalho, podemos diminuir o número de caminhões. Portanto a relação é inversamente proporcional (seta para cima na 1ª coluna).

Aumentando o volume de areia, devemos aumentar o número de caminhões. Portanto a relação é diretamente proporcional (seta para baixo na 3ª coluna). Devemos igualar a razão que contém o termo x com o produto das outras razões de acordo com o sentido das setas.

Montando a proporção e resolvendo a equação temos:

HORAS		CAMINHÕES		VOLUME
8 ↑	----	20 ↓	----	160 ↓
5 ↑	----	X ↓	----	125 ↓

Obs.: Assim devemos inverter a primeira coluna ficando:

HORAS		CAMINHÕES		VOLUME
8	----	20	----	160
5	----	X	----	125

$$\frac{20}{x} = \frac{5}{8} \cdot \frac{160}{125}$$

Logo, serão necessários 25 caminhões

EQUAÇÕES DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS

EQUAÇÃO DO 1º GRAU

Na Matemática, uma equação é uma igualdade que envolve uma ou mais incógnitas. O grau de uma equação é determinado pelo maior expoente da incógnita. Assim, se o maior expoente for 1, a equação será de 1º grau; se o maior expoente for 2, será de 2º grau; e se o maior expoente for 3, será de 3º grau.

Exemplos:

$$4x^1 + 2 = 16 \text{ (equação do 1º grau)}$$

$$x^2 + 2x + 4 = 0 \text{ (equação do 2º grau)}$$

$$x^3 + 2x^2 + 5x - 2 = 0 \text{ (equação do 3º grau)}$$

No caso da equação do 1º grau, a forma geral é:

$$ax + b = 0$$

Onde:

- a e b são números reais, com $a \neq 0$ (ou seja, a não pode ser zero);
- x é a incógnita, o valor que queremos encontrar.

É importante ressaltar que uma equação é composta por dois membros:

- O primeiro membro é o lado esquerdo da igualdade
- O segundo membro é o lado direito da igualdade.

Como resolver equações do 1º grau

Para resolver uma equação do 1º grau, nosso objetivo é isolar a incógnita (x) em um dos lados da equação. Para isso, devemos realizar operações inversas nos dois lados da equação, garantindo que x fique sozinho em um dos membros.

Passo a passo:

- Identifique o número que está no mesmo lado que a incógnita e veja qual operação está sendo realizada
- Realize a operação inversa no outro lado da igualdade para isolar a incógnita.

Exemplo: $x + 4 = 12$

Começamos eliminando o número 4, que está somando no mesmo lado da incógnita x. A operação inversa será subtrair 4 de ambos os lados da equação.

$$x + 4 - 4 = 12 - 4$$

$$x = 8$$

Portanto, o valor de x é 8.

Exemplo: $x - 12 = 20$

Aqui, temos x menos 12. Para isolar a incógnita, somamos 12 aos dois lados.

$$x - 12 + 12 = 20 + 12$$

$$x = 32$$

Portanto, o valor de x é 32.

Exemplo: $4x + 2 = 10$

Vamos eliminar o número 2, que está somando no mesmo lado da incógnita x, subtraindo 2 de ambos os lados da equação:

$$4x + 2 - 2 = 10 - 2$$

$$4x = 8$$

Agora, x está sendo multiplicado por 4. A operação inversa será dividir ambos os lados da equação por 4:

$$\frac{4x}{4} = \frac{8}{4}$$

$$x = 2$$

Portanto, o valor de x é 2.

Exemplo: $-3x = 9$

Aqui, temos $-3x$, onde o coeficiente de x é negativo. Será necessário tornar o coeficiente positivo, multiplicando ambos os lados por -1 :

$$-3x \cdot (-1) = 9 \cdot (-1)$$

$$3x = -9$$

Agora, x está sendo multiplicado por 3. Para isolar a incógnita, dividimos ambos os lados por 3:

$$\frac{3x}{3} = \frac{-9}{3}$$

$$x = -3$$

Portanto, o valor de x é -3 .

Propriedade Fundamental das Equações

A propriedade fundamental das equações, também chamada de regra da balança, diz que podemos realizar qualquer operação em um lado da equação desde que façamos a mesma operação no outro lado. Isso mantém a equação “equilibrada” e preserva a igualdade. Essa técnica é especialmente útil, pois resume todas as operações possíveis em uma única regra simples: o que você faz em um lado da equação, deve ser feito no outro. Essa regra foi aplicada em todos os exemplos anteriores, onde somamos, subtraímos, multiplicamos ou dividimos ambos os lados da equação para isolar a incógnita.

EQUAÇÃO DO 2º GRAU

Uma equação do segundo grau é qualquer equação que pode ser escrita na forma:

$$ax^2 + bx + c = 0$$

Onde:

- a, b e c são números reais (com $a \neq 0$, já que a equação deixaria de ser de 2º grau se $a = 0$).
- x é a incógnita, cujo valor ou valores devem ser encontrados.

Como resolver equações do 2º grau

As soluções ou raízes da equação $ax^2 + bx + c = 0$ são os valores de x que tornam a equação verdadeira. Uma equação do 2º grau pode ter até duas soluções reais. Para resolver essas equações, utilizamos principalmente dois métodos:

- **Fórmula de Bhaskara:** Método universal, aplicável a qualquer equação do 2º grau.
- **Soma e Produto:** Método rápido quando as raízes são números inteiros.

CONHECIMENTOS RELATIVOS AO ENSINO SUPERIOR

REGIMENTO INTERNO DA UNESPAR

REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

TÍTULO I DA DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º O presente Regimento Geral da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – autarquia estadual de regime especial, dotada de personalidade de direito público, com sede na cidade de Paranavaí, descentralizada, mantida por recursos orçamentários do Estado do Paraná, disciplina os aspectos de organização e funcionamento comuns aos seus vários órgãos, unidades e serviços.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO EM CAMPI E CENTROS DE ÁREAS

Art. 2º Compõem a Universidade Estadual do Paraná os seguintes Campi, com seus respectivos Centros de Áreas:

I - Campus de Curitiba I – Escola de Música e Belas Artes do Paraná:

a) Centro de Artes e Museologia (Nova redação pela Resolução Nº 020/2021– COU/UNESPAR);

b) Centro de Música. (Nova redação pela Resolução Nº 014/2014 - COU/UNESPAR).

II - Campus de Curitiba II – Faculdade de Artes do Paraná:

a) Centro de Artes;

b) Centro de Música e Musicoterapia. (Mudança aprovada pelo COU, na 3ª Sessão do Conselho Universitário, realizada em 17/12/ 2015: pendente de Resolução).

III - Campus São José dos Pinhais – Academia Policial Militar do Guatupê: (Incluído pela Resolução Nº 014/2014 - COU/UNESPAR).

a) Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

IV - Campus de Campo Mourão – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão:

a) Centro de Ciências Sociais Aplicadas;

b) Centro de Ciências Humanas e da Educação.

V - Campus de Apucarana – Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana:

a) Centro de Ciências Sociais Aplicadas;

b) Centro de Ciências Humanas e da Educação.

VI - Campus de Paranavaí – Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí:

a) Centro de Ciências Humanas e da Educação;

b) Centro de Ciências Sociais Aplicadas;

c) Centro de Ciências da Saúde.

VII - Campus de Paranaguá – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá:

a) Centro de Ciências Sociais Aplicadas;

b) Centro de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação.

(Pendente de alteração específica, mas, que consta na Resolução Nº 004/2014 - REITORIA/UNESPAR, a qual distribui os Cursos nos Centros).

VIII - Campus de União da Vitória – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória:

a) Centro de Ciências Exatas e Biológicas;

b) Centro de Ciências Humanas e da Educação.

§ 1º Os Centros de Áreas são órgãos delimitados por uma ou mais áreas do conhecimento e congregam um conjunto de cursos de Graduação e programas de Pós-graduação, conforme estabelecido no Estatuto.

§ 2º Poderão ser criados novos Centros de Áreas de acordo com a criação de novos cursos, após a aprovação do Conselho Universitário e anuência do mantenedor.

TÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE

CAPÍTULO I DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

SEÇÃO I DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E CONSULTIVOS

SUBSEÇÃO I DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Art. 3º O Conselho Universitário é o órgão deliberativo e normativo máximo da Universidade Estadual do Paraná, sendo observado, em sua composição, o mínimo de 70% (setenta por cento) de seus membros representantes do corpo docente.

Parágrafo único. A composição do Conselho Universitário é aquela definida no Estatuto da Instituição.

Art. 4º São atribuições do Conselho Universitário perante a Universidade Estadual do Paraná:

I - estabelecer e definir as políticas científica, de ensino, de extensão, administrativa e econômico-financeira;

II - aprovar, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional;

III - aprovar e acompanhar a execução do Programa de Avaliação Institucional;

IV - aprovar os planos periódicos de atuação e diretrizes de trabalho, para cada um dos Campi e para a Instituição;

V - avaliar, anual e cumulativamente, o desenvolvimento das contribuições sociais da Instituição, à luz de seus objetivos, políticas e planos de trabalho;

VI - rever, em grau de recurso, representação ou reclamação de professores, discentes ou agentes universitários, na forma do Regimento Geral;

VII - avocar decisões controversas que estejam pendentes em outros órgãos da Instituição e que prejudiquem a realização dos objetivos gerais ou específicos;

VIII - aprovar a criação ou as modificações de órgãos integrantes da estrutura, bem como a agregação de outras unidades ou instituições congêneres;

IX - aprovar a criação ou a extinção de cursos de Graduação e programas de Pós-Graduação, observadas as exigências da legislação pertinente;

X - aprovar a proposta orçamentária anual da Instituição, a ser submetida aos órgãos governamentais;

XI - homologar as normas para pessoal, indicadas pelo Conselho de Planejamento, Administração e Finanças;

XII - aprovar o regulamento geral de concursos e testes seletivos;

XIII - estabelecer critérios para seleção, admissão, promoção, transferência, cancelamento de matrícula de discentes e demais procedimentos cabíveis, obedecida a legislação em vigor e o disposto no Regimento Geral;

XIV - aprovar projetos de desenvolvimento e de expansão;

XV - fiscalizar os atos da administração superior;

XVI - aprovar alterações no Estatuto;

XVII - aprovar o Regimento Geral da Universidade e outros Regulamentos dos seus órgãos constituintes;

XVIII - apreciar os relatórios anuais de atividades dos Campi;

XIX - aprovar a outorga de títulos honoríficos e de dignidade universitária, por iniciativa própria, por proposição da Reitoria ou de qualquer Campus;

XX - adotar medidas preventivas contra atos ou ocorrências prejudiciais à Instituição e exercer o poder disciplinar, de acordo com o disposto neste Regimento Geral;

XXI - indicar ao Reitor a criação de comissões de trabalho, permanentes ou temporárias, para assuntos específicos de interesse ou necessidade da Instituição;

XXII - estabelecer critérios referentes a valores sobre taxas e contribuições a serem cobradas;

XXIII - autorizar a aquisição de bens imóveis e legados, respeitadas as disposições legais atinentes;

XXIV - aprovar a indicação de alienação e doações de bens imóveis e legados, respeitadas as disposições legais atinentes;

XXV - aprovar o regulamento e organizar os processos de escolha do Reitor e do Vice-Reitor, em conformidade com o estabelecido em lei, e apresentar a lista de indicados aos órgãos governamentais competentes, para as providências de nomeação;

XXVI - aprovar o regulamento de escolha dos Diretores e Vice-diretores Gerais de Campus;

XXVII - auxiliar o Reitor, quando solicitado, nas decisões relativas à Administração Superior, principalmente as de alta relevância;

XXVIII - propor alterações do presente Regimento, mediante a manifestação de, pelo menos, dois terços de seus membros;

XXIX - estabelecer indicadores para a distribuição dos recursos orçamentários da Universidade aos Campi;

XXX - aprovar os Regimentos dos Campi;

XXXI - estabelecer critérios referentes a valores de taxas, emolumentos e honorários pela expedição de documentos ou pela prestação de serviços;

XXXII - resolver casos omissos.

Art. 5º O Conselho Universitário reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada semestre letivo e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por um terço da totalidade de seus membros, devendo ser oferecidos, pela Universidade, o suporte e o apoio operacional para a realização das reuniões.

Parágrafo único. A convocação para as reuniões especificará o quorum mínimo da primeira chamada no dia da reunião, que é de metade mais um dos componentes. A segunda chamada, a ser realizada no caso de não ser alcançado o quorum mínimo, será realizada 30 (trinta) minutos após o horário previsto para a primeira chamada e, neste caso, poderá ser realizada com a presença de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos seus membros, respeitada a proporcionalidade referente ao corpo docente.

SUBSEÇÃO II

DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Art. 6º O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é órgão consultivo e deliberativo em matéria referente a essas atividades.

Parágrafo único. A composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é aquela definida no Estatuto da Instituição.

Art. 7º Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

I - definir as diretrizes para o ensino de Graduação, Pós-graduação e Pesquisa, Extensão e Cultura no âmbito Institucional;

II - estabelecer diretrizes gerais para a criação e modificação do projeto pedagógico dos cursos de Graduação e de Pós-graduação;

III - emitir parecer sobre a criação ou extinção de cursos de Graduação e Pós-graduação Stricto Sensu, bem como de programas de educação superior, observada a legislação vigente;

IV - aprovar os regulamentos gerais dos cursos de Graduação, programas de Pós-graduação Stricto Sensu, observada a legislação vigente;

V - regulamentar a forma de ingresso de candidatos aos cursos de Graduação e sequenciais;

VI - regulamentar a concessão de bolsas;

VII - estabelecer normas institucionais complementares referentes à verificação do rendimento escolar e promoção de discentes;

VIII - definir critérios institucionais para a elaboração de currículos dos cursos de Graduação;

IX - fixar anualmente o Calendário Acadêmico;

X - fornecer subsídios ao Conselho de Planejamento, Administração e Finanças para a fixação do quadro docente da Universidade;

XI - aprovar o regulamento do processo de avaliação do ensino-aprendizagem da Universidade, observada a legislação vigente;

XII - regulamentar a revalidação e o reconhecimento de diplomas de cursos de Graduação e Pós-graduação do mesmo nível e área ou equivalente, respeitados os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação, expedidos por universidades estrangeiras; (Alterado pela Resolução nº 008/2023 – COU/UNESPAR)

XIII - regulamentar a concessão de regimes de tempo integral e dedicação exclusiva;

XIV - fixar o número de vagas para as diversas modalidades de ingresso nos cursos de Graduação, de acordo com a capacidade da Instituição e com as demandas da sociedade;

XV - emitir parecer sobre a criação, extinção e modificação de unidades;

XVI - constituir suas câmaras, comissões permanentes e transitórias, de caráter consultivo e propositivo;

XVII - zelar pelas políticas de acessibilidade e de inclusão social;

XVIII - convocar sessão e pautar assunto de sua competência, mediante requerimento assinado por um terço de seus membros;

XIX - convocar ocupantes de cargos da administração superior, bem como servidores em geral, para prestarem informações e esclarecimentos sobre atividades de sua responsabilidade e para debates de relevância para a Instituição;

XX - aprovar a modificação cursos de Graduação e programas de Pós-graduação, observadas as exigências da legislação pertinente;

XXI - aprovar e modificar o seu regulamento.

Art. 8º Das decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, só caberá recurso por motivo de ilegalidade, infringência de disposição estatutária ou regimental.

SUBSEÇÃO III DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 9º Compete ao Conselho de Planejamento, Administração e Finanças:

I - propor a orientação administrativa de toda a Universidade;

II - aprovar os convênios firmados entre a Universidade e outras instituições;

III - estabelecer normas para admissão, transferência e exoneração de professores e agentes universitários que não conflitem com determinações legais e constitucionais;

IV - opinar sobre a criação, agregação e ampliação de Centros de Áreas, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

V - deliberar sobre os orçamentos, anuais e plurianuais, geral e interno da Universidade, propostos pelo Reitor, submetendo-os ao Conselho Universitário;

VI - deliberar sobre convênios, acordos de cooperação e contratos entre unidades universitárias e entidades oficiais ou particulares, para a realização de atividades didáticas e de pesquisa, bem como as concernentes à extensão de serviços à comunidade;

VII - manifestar-se, quanto ao aspecto financeiro, sobre proposta de criação, modificação e extinção de órgão da Universidade;

VIII - deliberar sobre as relotações de cargos ou funções propostas pelo Reitor, e sob proposta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, quando se tratar de cargo ou função docente ou de pesquisa;

IX - deliberar sobre as normas de concessão de bolsas de estudo e sobre afastamento remunerado;

X - deliberar sobre a alienação de bens móveis da Universidade;

XI - deliberar sobre a alienação e aquisição de bens imóveis, a cessão e o arrendamento de tais bens pertencentes à Universidade;

XII - propor os valores de taxas, anuidades, contribuições e emolumentos;

XIII - deliberar sobre prêmios pecuniários no âmbito da Universidade;

XIV - aprovar e acompanhar a execução de planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral;

XV - deliberar sobre operações de crédito ou financiamento para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

XVI - deliberar sobre transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao bom desempenho da instituição.

Parágrafo único. A composição do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças é aquela definida no Estatuto da Instituição.

SEÇÃO II DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS

SUBSEÇÃO I DA REITORIA

Art. 10. A Reitoria é o órgão executivo superior composto pelo Gabinete da Reitoria, pelas Secretarias Geral e de Conselhos Superiores, pelas Pró-reitorias de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e Cultura, de Planejamento, de Administração e Finanças, de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento, Órgãos Suplementares, Órgãos de Apoio e Coordenadorias.

Parágrafo único. O Reitor, o Vice-Reitor e os Pró-Reitores, no conjunto, constituem a equipe de administração superior e direção geral da Universidade, com funções definidas de acordo com este Regimento Geral.

SUBSEÇÃO II DO REITOR E DO VICE-REITOR

Art. 11. São atribuições do Reitor:

I - administrar a Universidade, zelando e observando rigorosamente o cumprimento da legislação em vigor;

II - representar a Universidade, em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e atribuições, assim como constituir mandatários;

III - dirigir e integrar as atividades responsáveis pela consecução dos objetivos da Universidade a serem realizadas pelos Campi, Centros de Áreas e Colegiados de Cursos ou de Programas;

IV - coordenar e articular o trabalho da equipe da Reitoria, composta pelo Vice-Reitor e Pró-Reitores;

V - convocar e presidir o Conselho Universitário;

VI - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Universitário;

VII - coordenar os processos de planejamento e de avaliação do trabalho da Instituição, nos períodos definidos pelo Conselho Universitário ou documentos normativos da Instituição;

VIII - nomear e dar posse aos Pró-Reitores;

IX - nomear e dar posse aos Diretores e Diretoras Gerais de Campus, escolhidos na forma prevista neste Regimento Geral;

X - designar os responsáveis por órgãos suplementares ou de apoio, escolhidos na forma prevista neste Regimento Geral;

XI - exercer o poder disciplinar, de acordo com os dispositivos legais e institucionais;

XII - submeter ao Conselho Universitário a proposta orçamentária da Instituição elaborada pela Reitoria;

XIII - ordenar despesas no âmbito da Universidade;

XIV - delegar aos Diretores Gerais dos Campi a ordenação de despesas;

XV - conferir graus universitários;

XVI - proceder, em sessão pública e solene, a entrega de títulos e prêmios conferidos pelo Conselho Universitário;

XVII - providenciar os procedimentos e condições necessárias para a eleição dos componentes do Conselho Universitário pela comunidade acadêmica;

XVIII - supervisionar a constituição e o funcionamento das Câmaras e Comissões do Conselho Universitário;

XIX - designar comissões especiais, temporárias ou permanentes, bem como grupos de trabalho para assessorias específicas e demais atribuições;

XX - designar assessorias especiais da Reitoria e definir suas atribuições e tempo de trabalho;

XXI - propor alterações no Estatuto, bem como neste Regimento Geral;

XXII - delegar atribuições;

XXIII - exercer quaisquer outras atribuições conferidas por lei, pelo Estatuto, e por este Regimento Geral ou por delegação superior;

XXIV - decidir a respeito de situações omissas no presente Regimento Geral, submetendo a decisão ao referendo do Conselho Universitário.

Parágrafo único. O Reitor presidirá as reuniões de qualquer Colegiado da Instituição, quando a elas estiver presente, tendo neste caso o direito de voto de qualidade.

Art. 12. O Vice-Reitor é o substituto do Reitor nos seus afastamentos e impedimentos e será corresponsável pelas atribuições do Reitor.

§ 1º Nos afastamentos e impedimentos simultâneos do Reitor e do Vice-Reitor, a Reitoria será exercida pelo docente Decano integrante do Conselho Universitário.

§ 2º O Vice-Reitor poderá ter outras atribuições definidas pelo Reitor.

SUBSEÇÃO III DO GABINETE DA REITORIA

Art. 13. O Gabinete da Reitoria é a unidade de apoio direto do Reitor, do Vice-Reitor e dos Pró-Reitores, sendo constituído por um Chefe de Gabinete e uma Secretária da Reitoria/Vice-Reitoria. (Nova redação pela Resolução Nº 024/2021–COU/UNESPAR);

§ 1º O Chefe de Gabinete será escolhido pelo Reitor.

§ 2º O Chefe de Gabinete terá as seguintes incumbências:

I - assistir e apoiar o Reitor, o Vice-Reitor e os Pró-Reitores em suas representações políticas e sociais;

II - preparar e encaminhar o expediente do Reitor e do Vice-Reitor;

III - administrar a agenda do Reitor e do Vice-Reitor;

IV - manter atualizado e controlar o registro da documentação de responsabilidade do Reitor e do Vice-Reitor;

V - encaminhar os procedimentos e processos administrativos da alçada do Reitor e do Vice-Reitor;

VI - preparar a pauta e as condições para a realização das reuniões do Conselho Universitário;

VII - supervisionar e executar o serviço de cerimonial da Reitoria, estabelecendo diretrizes gerais para todo o procedimento de cerimoniais da Instituição.

§ 3º A Secretária da Reitoria/Vice-Reitoria será responsável por apoiar o Gabinete da Reitoria no assessoramento da agenda do Reitor(a) e Vice-Reitor(a) em seus compromissos e representações. (Incluído pela Resolução Nº 024/2021–COU/UNESPAR);

SUBSEÇÃO IV DA SECRETARIA GERAL

Art. 14. A Secretária Geral, dotada de um corpo compatível de servidores, tem a incumbência de proporcionar todo o apoio técnico-administrativo para o funcionamento da Reitoria, procedendo à elaboração dos documentos necessários, mantendo arquivos, fichários eletrônicos ou não, livros, registros, controles, protocolos, cadastros e tudo o mais que for atinente ao serviço.

SUBSEÇÃO V DA SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES

Art. 15. À Secretária dos Conselhos Superiores é responsável pelo assessoramento aos conselhos superiores, com as seguintes atribuições:

I - lavrar atas de todas as reuniões dos Conselhos Superiores;

II - elaborar, distribuir e divulgar a pauta das reuniões dos Conselhos Superiores juntamente com as cópias dos processos;

III - convocar as reuniões dos Conselhos Superiores por determinação da autoridade competente;

IV - redigir, editar e distribuir as resoluções e demais documentos que traduzam as decisões adotadas pelos Conselhos Superiores;

V - comunicar às Pró-Reitorias e aos setores da Universidade sobre as determinações e as decisões dos Conselhos Superiores;

VI - desempenhar outras atividades.

SUBSEÇÃO VI DAS PRÓ-REITORIAS

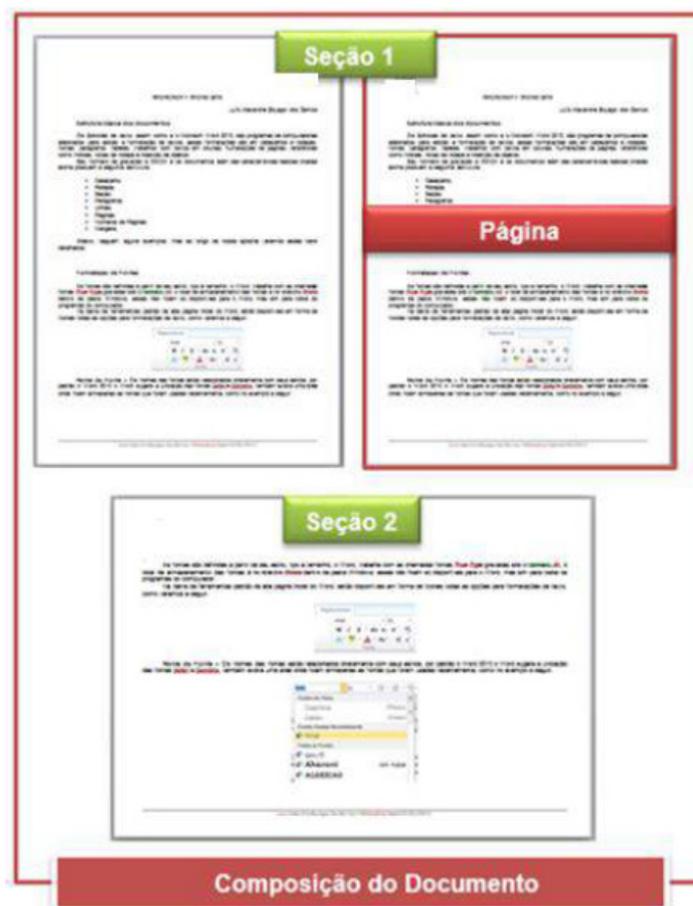
Art. 16. Os Pró-Reitores são coordenadores de cada uma das Pró-Reitorias, a seguir discriminadas, com suas respectivas atribuições:

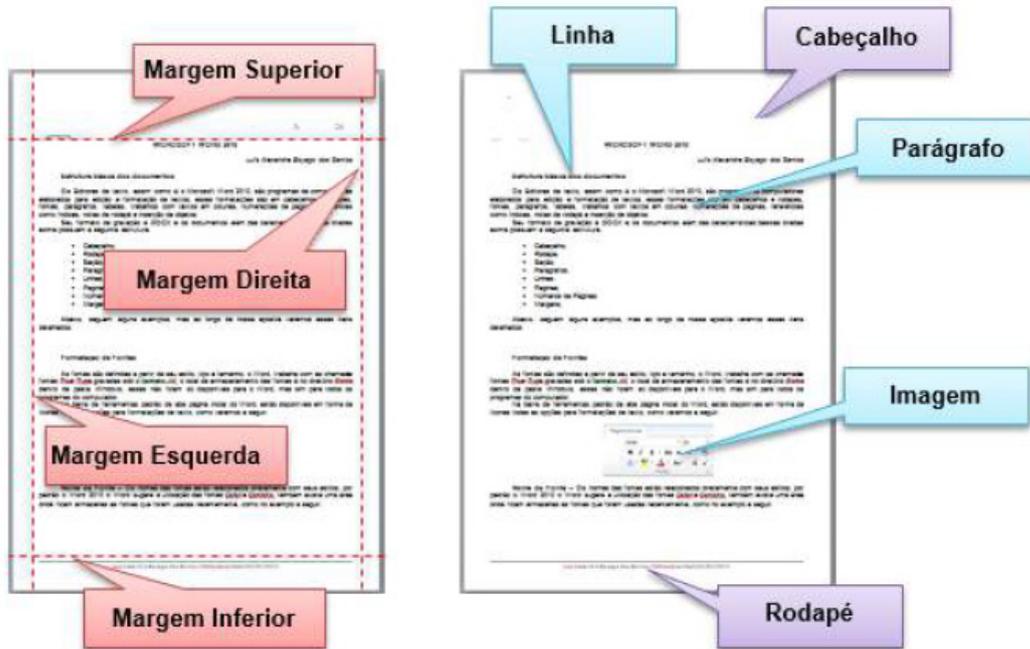
I - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação: responsável pela implementação de políticas de ensino e de aprendizagem nos cursos de Graduação da UNESPAR; planejamento, coordenação de projetos institucionais de qualificação de processos de ensino e aprendizagem na Graduação; avaliação e aperfeiçoamento das atividades relacionadas ao ensino de Graduação; atenção

INFORMÁTICA

EDITOR DE TEXTO MICROSOFT WORD: - VISÃO GERAL DA INTERFACE E RECURSOS BÁSICOS; - CRIAÇÃO E FORMATAÇÃO DE DOCUMENTOS; - ESTILOS E MODELOS DE DOCUMENTOS; - CRIAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE TABELAS

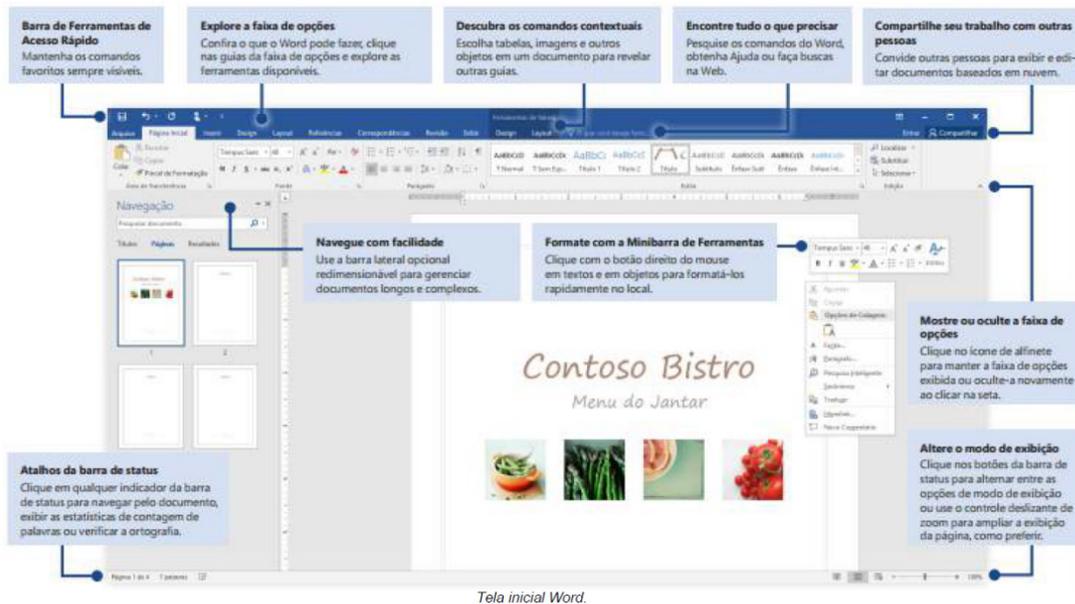
O Microsoft Word 2019 é uma versão avançada do popular editor de texto parte do Microsoft Office. Este programa é amplamente utilizado tanto em ambientes corporativos quanto pessoais para a criação e edição de documentos diversos.





Interface do Usuário

A interface do Word 2019 é intuitiva e amigável, projetada para facilitar a navegação e o acesso às suas numerosas ferramentas. A faixa de opções no topo contém abas como 'Home', 'Insert', 'Design', 'Layout', 'References', 'Mailings', 'Review' e 'View'. Cada aba possui grupos que organizam os comandos relacionados, facilitando o acesso a funções específicas.



Tela inicial Word.

Criação e Formatação de Documentos

– Textos: O Word permite digitar e formatar textos facilmente, com opções para ajustar fontes, tamanho, cor, estilo e alinhamento.



Usar Estilos

Os modelos de **Estilos** aplicam uma fonte, tamanho, cor e espaçamento consistentes aos títulos, parágrafos e intitulações em todo o documento.

1. Selecione as palavras, parágrafo, lista ou tabela para editar.
2. Na guia **Página Inicial**, selecione um estilo.

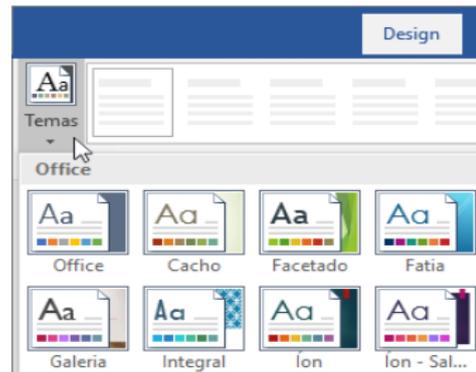
Se você não vir o estilo que deseja, clique no botão **Mais** para expandir a galeria.



Aplicar temas

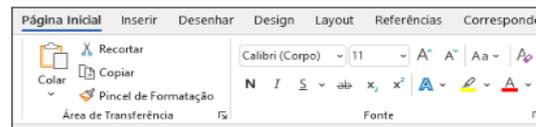
Os **Temas** adicionam uma aparência profissional ao seu documento.

1. Selecione **Design > Temas**.
2. Aponte para um tema para visualizar como ele ficará.
3. Selecione o tema que você deseja.



Adicionar e formatar texto

1. Clique em sua nova página em branco e digite algum texto.
2. Selecione texto para formatar e escolha opções de fonte na guia **Página Inicial** : **Negrito**, **Itálico**, **Balas**, **Numeração** e muito mais.



Copiar a formatação

1. Selecione o texto com a formatação que você quer copiar.
2. Clique no **Pincel de Formatação**  e selecione o texto para o qual deseja copiar a formatação.

Dica: Dê um clique duplo no **Pincel de Formatação**, quando quiser copiar a formatação em mais de um lugar.

– **Parágrafos:** Ferramentas de formatação de parágrafo incluem alinhamento, espaçamento de linha, bordas e sombreamento.



– **Listas:** Você pode criar listas numeradas ou com marcadores, e até personalizar o estilo dos marcadores.

Criar uma lista

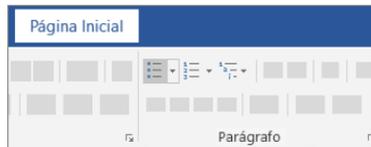
Para iniciar uma lista numerada, digite **1**, um **ponto (.)**, um **espaço** e algum texto. O Word iniciará automaticamente uma lista numerada para você.

Digite ***** e um **espaço antes do texto**, e o Word criará uma lista com marcadores.

Para completar sua lista, pressione **Enter** até que os marcadores ou a numeração sejam desativados.

Criar uma lista do texto existente

1. Selecione o texto que você deseja transformar em uma lista
2. Acesse **Página Inicial > Marcadores** ou **Página Inicial > Numeração**.



Observação: Encontre diferentes estilos de marcadores e formatos de numeração clicando na seta para baixo ao lado de **Marcadores** ou **Numeração**.

O Microsoft Word é um software de processamento de texto desenvolvido para ajudar você a criar documentos com qualidade profissional. O Word facilita a organização e a escrita de documentos de maneira eficiente.

Ao iniciar um documento no Word, você pode optar por começar com um documento em branco ou utilizar um modelo que automatiza parte do processo de criação. Independentemente da escolha, os passos básicos para criar e compartilhar documentos são similares. As ferramentas de edição e revisão avançadas do Word permitem colaborar com outros usuários para refinar o documento.

Escolher um Modelo

Frequentemente, iniciar um novo documento a partir de um modelo é mais prático do que começar com uma página em branco. Os modelos no Word vêm pré-configurados com temas e estilos, necessitando apenas que você adicione seu próprio conteúdo.

Quando você abre o Word, pode escolher um modelo diretamente da galeria, selecionar uma categoria para explorar modelos específicos ou buscar mais modelos online. Se preferir começar do zero, basta selecionar “Documento em Branco”.

CONHECIMENTOS GERAIS/ ATUALIDADES E ECA

ELEMENTOS DA POLÍTICA BRASILEIRA

A política brasileira é marcada por uma série de fatos e elementos que moldaram a história e o desenvolvimento do país ao longo dos séculos. A seguir, são destacados alguns dos principais marcos e componentes que caracterizam a política no Brasil:

1. Colonialismo e a Formação do Estado

A política brasileira tem suas raízes na colonização portuguesa, iniciada em 1500. Durante o período colonial, o Brasil foi governado por um sistema de capitanias hereditárias, seguido pela centralização do poder com a criação do Governo-Geral em 1549. O domínio colonial português foi caracterizado pela exploração econômica, especialmente do pau-brasil, açúcar e, posteriormente, o ouro, com uma estrutura política que servia aos interesses da metrópole.

2. Independência e o Império (1822-1889)

A Independência do Brasil, proclamada em 7 de setembro de 1822 por Dom Pedro I, marcou o início do Império do Brasil, um regime monárquico constitucional. Durante o Império, o país passou por um processo de centralização política, com a criação de instituições como a Assembleia Constituinte e a Constituição de 1824. A política imperial foi marcada por tensões entre liberais e conservadores, a questão da escravidão, e a Guerra do Paraguai (1864-1870).

3. Proclamação da República (1889)

A proclamação da República em 15 de novembro de 1889 pôs fim ao regime monárquico e instaurou um sistema republicano federativo. O período conhecido como República Velha (1889-1930) foi caracterizado pelo domínio das oligarquias agrárias, especialmente dos estados de São Paulo e Minas Gerais, no que ficou conhecido como “Política do Café com Leite”. Essa fase foi marcada por eleições controladas, coronelismo e pela exclusão de grande parte da população do processo político.

4. Era Vargas (1930-1945)

Getúlio Vargas chegou ao poder em 1930 após a Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha. Seu governo foi marcado por uma série de reformas políticas e sociais, incluindo a criação das leis trabalhistas e a centralização do poder federal. Em 1937, Vargas instaurou o Estado Novo, uma ditadura que durou até 1945, caracterizada pela repressão política, censura e a busca por modernização industrial.

5. Redemocratização e o Regime Militar (1945-1985)

Após a queda de Vargas em 1945, o Brasil viveu um período de redemocratização, com a promulgação de uma nova Constituição em 1946. No entanto, a instabilidade política e as tensões sociais levaram ao golpe militar de 1964, que instaurou uma ditadura que durou até 1985. Durante o regime militar, houve repressão política, censura e violação dos direitos humanos, mas também crescimento econômico, especialmente durante o “Milagre Econômico” (1968-1973).

6. Nova República e Constituição de 1988

Com o fim do regime militar, iniciou-se a Nova República, marcada pela promulgação da Constituição de 1988, que restabeleceu os direitos civis e políticos, garantiu a liberdade de expressão e fortaleceu as instituições democráticas. A nova Constituição é considerada uma das mais avançadas em termos de garantias de direitos sociais, sendo um marco na história política brasileira.

7. Partidos Políticos e Polarização

A política brasileira é caracterizada por um sistema multipartidário, com a presença de uma grande diversidade de partidos políticos. Nas últimas décadas, o cenário político foi marcado pela polarização entre o Partido dos Trabalhadores (PT), que governou o país de 2003 a 2016, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que foi a principal força de oposição durante esse período. Nos últimos anos, a polarização aumentou, especialmente com o surgimento de novos movimentos políticos e o crescimento de forças conservadoras.

8. Impeachment e Crises Políticas

O Brasil passou por dois processos de impeachment desde a redemocratização: o de Fernando Collor em 1992 e o de Dilma Rousseff em 2016. Ambos os processos foram marcados por crises políticas profundas, debates sobre corrupção e a legitimidade dos governos, refletindo a complexidade do sistema político brasileiro e a fragilidade das instituições diante de pressões econômicas e sociais.

9. Corrupção e Operação Lava Jato

A corrupção é um elemento recorrente na política brasileira, com escândalos que abalaram governos e partidos ao longo dos anos. A Operação Lava Jato, iniciada em 2014, foi uma das maiores investigações de corrupção na história do país, revelando esquemas de desvio de recursos públicos envolvendo grandes empresas, políticos e partidos. A Lava Jato teve um impacto significativo na política brasileira, levando à prisão de importantes figuras políticas e empresariais.

10. Eleições e Participação Popular

As eleições no Brasil são realizadas a cada quatro anos, com um sistema de votação eletrônica considerado um dos mais avançados do mundo. A participação popular nas eleições é obrigatória, o que garante um alto nível de envolvimento da população no processo político. No entanto, o país enfrenta desafios como o voto de protesto, a descrença nas instituições e o aumento da abstenção em algumas regiões.

A política brasileira continua a evoluir, refletindo as mudanças sociais, econômicas e culturais do país, e enfrentando desafios significativos em termos de governabilidade, estabilidade institucional e participação popular.

CULTURA E SOCIEDADE BRASILEIRAS: LITERATURA, ARTES, ARQUITETURA, CINEMA, TEATRO, JORNAIS, REVISTAS E TELEVISÃO

O século XX foi pródigo em revelar ao mundo o quanto a cultura pode influenciar a política e a sociedade. Aqui destacaremos a década de 1960, quando a cultura pop e a mass media passaram a ser predominantes em vários campos, refletindo e, às vezes, até agindo diretamente sobre os acontecimentos políticos. Nesse sentido, a música popular ocupou um lugar fundamental: os Beatles, Jimi Hendrix, Bob Dylan, Chico Buarque, Geraldo Vandré e Caetano Veloso são poucos exemplos diante de centenas de artistas cujas obras se misturaram às discussões e ações políticas daquela década.

Tropicália

No Brasil, a Tropicália (1967) foi considerada um “movimento” (embora haja controvérsias quanto a isso, devido a seu caráter não programático e não organizado) que reuniu diversas produções nas áreas da música, cinema, jornalismo, teatro e artes plásticas no fim da década de 1960. As produções do Tropicalismo, – como também é conhecido aquele momento de agitação cultural – colocaram em interação elementos nacionais e internacionais da cultura, fazendo convergir, por exemplo, Luiz Gonzaga e Rolling Stones como influências. Este tipo de atitude foi uma novidade pra época, pois rompia com certa lógica nacionalista de alguns compositores. Geraldo Vandré, por exemplo, recusava veementemente a contaminação da nossa música pelo pop e suas guitarras elétricas. O procedimento tropicalista de misturar universos opostos – nacional/internacional, baixa/alta cultura, tradicional/moderno, etc. – inquietava tanto setores da esquerda quanto da direita no Brasil, que viam os artistas ora como alienados ora como subversivos.

Deste modo, os músicos tropicalistas repensaram a concepção de Brasil e de MPB. Os artistas escolheram certos elementos locais do que seria a nossa tradição, mostrando-se abertos às novidades da música pop e a outras informações internacionais. A ideia de povo, categoria importante do projeto nacional-popular que permeou a primeira geração de músicos da MPB (Chico Buarque, Edu Lobo, Carlos Lyra, entre outros), foi substituída por imagens mais fragmentadas e associadas à cultura de massa. Ao propor uma solução ao conflito entre nacionalismo e estrangeirismo na música popular brasileira, questionando os fundamentos nacionais e populares da MPB,

o tropicalismo provocou tensões cuja conjuntura, em 1968, foi de fato a radicalização de debates estéticos e ideológicos, que incidiam sobre o campo político.

Caetano Veloso e Gilberto Gil foram os principais compositores daquele período, em que também se destacaram Tom Zé, Os Mutantes e o arranjador Rogério Duprat. Produções culturais emblemáticas foram a instalação Tropicália, de Helio Oiticica, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; o filme Terra em Transe, de Glauber Rocha; a encenação de O Rei da Vela, de Oswald de Andrade, dirigido por José Celso Martinez Corrêa; as músicas “Alegria, Alegria” e “Tropicália”, de Caetano Veloso e “Domingo no Parque”, de Gilberto Gil. Em 1967, o poeta concreto Augusto de Campos, muito próximo àqueles compositores, examinou a “intercomunicabilidade universal”, argumentando que:

“os novos meios de comunicação de massa, jornais e revistas, rádio e televisão, têm suas grandes matrizes nas metrópoles, de cujas “centrais” se irradiam as informações para milhares de pessoas de regiões cada vez mais numerosas. A intercomunicabilidade universal é cada vez mais intensa e mais difícil de conter, de tal sorte que é literalmente impossível a um cidadão qualquer viver a sua vida diária sem se defrontar a cada passo com o Vietnã, os Beatles, as greves, 007, a lua, Mão ou o Papa. Por isso mesmo é inútil preconizar uma impermeabilidade nacionalística aos movimentos, modas e manias de massa que fluem e refluem de todas as partes para todas as partes.”

(Augusto de Campos In O Balanço da Bossa. Ed. Perspectiva, 2005:60).

O período tropicalista convergiu com a contracultura e com as revoltas e manifestações de 1968, data simbólica da valorização da diferença, da singularidade e da alteridade na arena política. Muitas músicas daquele período foram trilha sonora da implosão de uma visão tradicional de política (nesse sentido é emblemático o fato de que Caetano e Gil foram exilados para Londres em 1969). Passou-se a valorizar as emoções e a subjetividade, e a se questionar os modos de participação e representação política. Eclodiam os movimentos de minorias (mulheres, negros, homossexuais, grupos de periferias, orientais) clamando pelo reconhecimento das diferenças, e mudando radicalmente a ideia de democracia direta e participativa. A busca por novas posturas políticas através da valorização de subjetividades individuais se refletiu na recusa a instâncias gerais de representação, privilegiando assim as vivências pessoais. O “falar em nome de si próprio” é uma marca e herança daquela época, tanto na cultura quanto na política.

— Diversidade Cultural¹

A diversidade cultural representa o conjunto das distintas culturas que existem no planeta.

A cultura compreende o conjunto de costumes e tradições de um povo os quais são transmitidos de geração em geração.

Como elementos culturais representativos de um determinado povo destacam-se: língua, crenças, comportamentos, valores, costumes, religião, folclore, dança, culinária, arte, dentre outros.

O que diferencia uma cultura das outras são os elementos constitutivos, que conseqüentemente, compõem o conceito de identidade cultural.

¹ <https://www.todamateria.com.br/diversidade-cultural/>

Isso significa que o indivíduo pertencente a determinado grupo se identifica com os fatores que determinam sua cultura.

A diversidade cultural engloba o conjunto de culturas que existem. Esses fatores de identidade distinguem o conjunto dos elementos simbólicos presentes nas culturas e são eles que reforçam as diferenças culturais que existem entre os seres humanos.

Muitos pesquisadores afirmam que o processo de globalização interfere na diversidade cultural. Isso porque há um intenso intercâmbio econômico e cultural entre os países, os quais muitas vezes, buscam a homogeneidade.

A “Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural” foi aprovada em 2001 por 185 Estados-Membros. Ela representa o primeiro instrumento destinado a preservar e promover a diversidade cultural dos povos e o diálogo intercultural.

Importa referir que a diversidade é reconhecida como “herança comum da humanidade”.

— A Formação da Cultura Brasileira

A formação da cultura brasileira resultou da integração de elementos das culturas indígena, do português colonizador, do negro africano, como também dos diversos imigrantes.

Cultura Indígena

Foram muitas as contribuições dos índios brasileiros para a nossa formação cultural e social. Do ponto de vista étnico, contribuíram para o surgimento de um indivíduo tipicamente brasileiro: o caboclo (mestiço de branco e índio).

Na formação cultural, os índios contribuíram com o vocabulário, o qual possui inúmeros termos de origem indígena, como pindorama, anhanguera, ibirapitanga, Itamaracá, entre outros. Com o folclore, permaneceram as lendas como o curupira, o saci-pererê, o boitatá, a iara, dentre outros.

A influência na culinária se fez mais presente em certas regiões do país onde alguns grupos indígenas conseguiram se enraizar. É exemplo a região norte, onde os pratos típicos estão presentes, entre eles, o tucupi, o tacacá e a maniçoba.

Raízes como a mandioca é usada para preparar a farinha, a tapioca e o beiju. Diversos utensílios de caça e pesca, como a arapuca e o puçá. Por fim, diversos utensílios domésticos, foram deixados como herança, entre eles, a rede, a cabaça e a gamela.

Cultura Portuguesa

Portugal foi o país europeu que exerceu mais influência na formação da cultura brasileira.

Os portugueses realizaram uma transplantação cultural para a colônia, destacando-se a língua portuguesa, falada em todo o país, e a religião marcada por festas e procissões.

As instituições administrativas, o tipo de construções dos povoados, vilas e cidades e a agricultura fazem parte da herança portuguesa.

No folclore brasileiro é evidente o grande número de festas e danças portuguesas que foram incorporadas ao país. Entre elas, a cavallhada, o fandango, as festas juninas (uma das principais festas da cultura do nordeste) e a farra do boi.

As lendas do folclore (a cuca e o bicho papão), as cantigas de roda (peixe vivo, o cravo e a rosa, roda pião etc.) permanecem vivas na cultura brasileira.

Cultura Africana

O negro africano foi trazido para o Brasil para ser empregado como mão de obra escrava. Conforme as culturas que representavam (ritos religiosos, dialetos, usos e costumes, características físicas etc.) formavam três grupos principais, os quais apresentavam diferenças acentuadas: os sudaneses, os bantos e o malês. (sudaneses islamizados).

Salvador, no nordeste do Brasil, foi a cidade que recebeu o maior número de negros, e onde sobrevivem vários elementos culturais.

São exemplos o “traje de baiana”, com turbante, saias rendadas, braceletes, colares, a capoeira e os instrumentos de música como o tambor, atabaque, cuíca, berimbau e afoxé.

De modo geral, a contribuição cultural dos negros foi grande: Na alimentação, vatapá, acarajé, acaçá, cocada, pé de moleque etc;

Nas danças (quilombos, maracatus e aspectos do Bumba meu boi)

Nas manifestações religiosas (o candomblé na Bahia, a macumba no Rio de Janeiro e o xangô em alguns estados do nordeste).

— Diversidade Cultural Brasileira

Cada região brasileira apresenta aspectos singulares relativos aos costumes, crenças ou manifestações culturais e artísticas.

Região Norte

Dentre as manifestações culturais presentes na região norte do Brasil destacam-se as duas maiores festas populares da região. São elas: o Festival de Parintins e a Festa do Círio de Nazaré.

O Festival de Parintins é a maior festa do boi-bumbá do país. Foi criada em 1965 e acontece no estado do Amazonas.

A Festa do Círio de Nazaré, por sua vez, é considerada uma das maiores manifestações religiosas católicas do país e acontece em Belém (PA).

Ainda em Belém do Pará destaca-se o carimbó, uma dança e gênero musical de origens indígenas.

Alguns alimentos típicos da região norte são: mandioca, tucupi, tacacá, jambu, carne de sol, camarão seco, pato, jacaré, pirarucu, mussarela de búfala, pimenta-de-cheiro e frutas (cupuaçu, bacuri, açaí, taperebá, graviola e buriti).

Região Nordeste

Dentre as manifestações culturais presentes na região nordeste do Brasil destacam-se muitas festas, danças, gêneros musicais, a saber: festa do Bumba meu boi, festa de lemanjá, lavagem das escadarias do Bonfim, Carnaval, maracatu, caboclinhos, ciranda, coco, terno de zabumba, marujada, reisado, frevo, cavallhada.

Vale lembrar que a literatura de cordel é um elemento muito presente na cultura nordestina bem como o artesanato feito com rendas.

Alguns alimentos típicos da região nordeste são: acarajé, vatapá, caruru, carne de sol, peixes, frutos do mar, sarapatel, buchada de bode, feijão-verde, tapioca, broa de milho verde, canjica, arroz-doce, bolo de fubá cozido, bolo de massa de mandioca, pamonha, cocada, tapioca, pé de moleque.

Região Centro-Oeste

Dentre as manifestações culturais presentes na região centro-oeste do Brasil destacam-se a cavalhada, o fogaréu, no estado de Goiás. A dança folclórica do cururu, que possui origem indígena, ocorre nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na “Festa do Divino” e na “Festa de São Benedito”.

Alguns alimentos típicos da região centro-oeste são: galinhada com pequi, sopa paraguaia, arroz carreteiro, arroz boliviano, gariroba, maria-isabel, empadão goiano, pamonha, angu, curau, peixes (dourado, pacu, pintado, etc).

Nessa região há uma grande mistura de elementos culturais das culturas indígena, paulista, mineira, gaúcha, boliviana e paraguaia.

Nota-se exemplos dessa diversidade nos nomes dos muitos pratos típicos da região: “arroz boliviano”, sopa paraguaia”, “empadão goiano”.

Região Sudeste

Dentre as manifestações culturais presentes na região sudeste do Brasil destacam-se muitas festividades de caráter religioso e folclórico além das danças e gêneros musicais típicos da região.

Dentre os elementos presentes na cultura do sudeste podemos citar: festa do divino, festejos da páscoa e dos santos padroeiros, festas de peão de boiadeiro, dança de velhos, batuque, jongo, samba de lenço, festa de Iemanjá, folia de reis, caipó, congada, cavalhadas, Bumba meu boi, Carnaval.

Alguns alimentos típicos da região sudeste são: virado à paulista, cuscuz paulista, feijoada, aipim frito, bolinho de bacalhau, queijo minas, pão de queijo, feijão-tropeiro, tutu de feijão, moqueca capixaba, carne de porco, picadinho, farofa, pirão.

Região Sul

Dentre as manifestações culturais presentes na região sul do Brasil destacam-se as festas instituídas por imigrantes advindos principalmente da Europa no século XX.

Dentre elas, destaca-se a maior festa alemã brasileira com sua primeira edição em 1984, chamada “Oktoberfest”, a festa da cerveja.

De origem germânica, essa festa acontece todos os anos na cidade de Blumenau-SC. Outra festa muito tradicional da região sul do país, de origem italiana com primeira edição em 1931 é a “Festa da Uva” que acontece a cada dois anos na cidade de Caxias do Sul-RS.

Além disso, destacam-se o fandango, de origem portuguesa, a tirana e o anuo, de origem espanhola.

Outras festas e danças da região são a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, a congada, o boi-de-mamão, a dança de fitas, boi na vara.

Alguns alimentos típicos da região sul são: vinho, chimarrão, churrasco, camarão, pirão de peixe, marreco assado, barreado.

DESCOBERTAS E INOVAÇÕES CIENTÍFICAS NA ATUALIDADE E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

As descobertas e inovações científicas na atualidade têm transformado de maneira significativa a sociedade contemporânea, influenciando diversas áreas, como saúde, tecnologia, meio

ambiente, e comunicação. Essas mudanças não apenas melhoraram a qualidade de vida, mas também apresentam desafios éticos, econômicos e sociais que precisam ser abordados de maneira equilibrada. A seguir, destacam-se algumas das principais inovações e seus impactos:

1. Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina

A inteligência artificial (IA) e o aprendizado de máquina estão revolucionando setores como saúde, transporte, educação e finanças. Essas tecnologias permitem a automação de tarefas complexas, a análise de grandes volumes de dados e a tomada de decisões baseada em algoritmos. Na medicina, por exemplo, a IA está sendo usada para diagnósticos mais precisos, desenvolvimento de medicamentos e tratamentos personalizados. No entanto, o avanço da IA levanta questões sobre privacidade, segurança de dados, e o futuro do trabalho, com o potencial de substituir empregos humanos.

2. Edição Genética e CRISPR

A técnica de edição genética CRISPR-Cas9 representa uma das maiores inovações na biotecnologia, permitindo a modificação precisa do DNA em organismos vivos. Isso abre possibilidades para curar doenças genéticas, melhorar a resistência de plantas a pragas e aumentar a produção agrícola. Contudo, a edição genética também levanta dilemas éticos, especialmente no que diz respeito à manipulação de embriões humanos e ao potencial para criar desigualdades sociais por meio do aprimoramento genético.

3. Vacinas de mRNA

As vacinas de mRNA, como as desenvolvidas para combater a COVID-19, representam uma inovação significativa na medicina. Essas vacinas usam um pedaço do código genético do vírus para ensinar o sistema imunológico a reconhecer e combater o patógeno, proporcionando uma resposta rápida e eficaz. O sucesso das vacinas de mRNA abriu novas possibilidades para o desenvolvimento de vacinas contra outras doenças, como câncer e HIV, e tem potencial para transformar a medicina preventiva.

4. Tecnologia Quântica

A computação quântica é uma das fronteiras mais avançadas da ciência e tem o potencial de revolucionar a forma como processamos informações. Computadores quânticos podem realizar cálculos extremamente complexos em uma fração do tempo necessário para os computadores tradicionais. Isso tem implicações para a criptografia, simulação de sistemas moleculares, e otimização de processos industriais. No entanto, a tecnologia ainda está em estágio experimental, e sua aplicação prática enfrenta desafios técnicos significativos.

5. Energias Renováveis e Sustentabilidade

A inovação em energias renováveis, como solar, eólica e hidrogênio verde, está transformando o setor energético e desempenhando um papel crucial na luta contra as mudanças climáticas. A queda nos custos de produção de energia solar e eólica, juntamente com avanços em armazenamento de energia, estão acelerando a transição para uma matriz energética mais limpa e sustentável. Isso tem impacto direto na redução das emissões